IMPERIALISMO, AGRONEGÓCIO E A PANDEMIA DO COVID 19: elementos para discussão

Thayná da Silva Felix[1]

Ana Beatriz Schemberg[2]

Elaine Nunes Silva Fernandes[3]

RESUMO

O texto apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC cujo o plano de trabalho intitula-se “A relação entre o estado brasileiro e o agronegócio”. Nosso objetivo é expor elementos preliminares que compõem a relação entre o Estado brasileiro e o agronegócio, entendendo as particularidades da formação sócio-histórica do país e a sua dependência ao capital estrangeiro. Os conteúdos foram explorados através da pesquisa bibliográfica a partir de Lênin (2011), Prado Júnior (1961), Delgado (2010) entre outros. Sendo dividido em dois tópicos: 2) elementos sobre a formação agrária brasileira e 3) a relação entre imperialismo, dependência e agronegócio. Busca demonstrar que o Brasil é marcado pela submissão ao capital estrangeiro, esse traço característico que define a nossa formação social submete a população brasileira a inúmeras desigualdades sociais que se agravaram exponencialmente depois da pandemia do covid-19.

Palavras-chave: Imperialismo; Dependência; Agronegócio

ABSTRACT

The text presents partial results of the research project linked to the Institutional Program for Scientific Initiation Scholarships - PIBIC whose work plan is entitled "The relationship between the Brazilian state and agribusiness". Our objective is to expose preliminary elements that make up the relationship between the Brazilian State and agribusiness, understanding the particularities of the socio-historical formation of the country and its dependence on foreign capital. The contents were explored through bibliographical research from Lenin (2011), Prado Júnior (1961), Delgado (2010) among others. It is divided into two topics: 2) elements about the Brazilian agrarian formation and 3) the relationship between imperialism, dependence and agribusiness. It seeks to demonstrate that Brazil is marked by submission to foreign capital, this characteristic feature that defines our social formation submits the

[1]Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, thayfxx@gmail.com.
[2]Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, abschemberg@gmail.com.
[3]Docente do curso de Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ. elainnenunesfernandes@gmail.com.

Brazilian population to numerous social inequalities that have worsened exponentially after the covid-19 pandemic.
Keywords: Imperialism; Dependency; Agribusiness.

1 INTRODUÇÃO

A relação do Estado brasileiro com o agronegócio tem raízes na formação sócio-histórica do Brasil. Esta herança irá moldar a forma como esta relação se apresenta e se desenvolve na contemporaneidade, em meio a vigência da crise estrutural do capital, agravada mais recentemente pela pandemia da covid 19 .

O mundo, especificamente o Brasil, tem sofrido as mazelas ocasionadas pelo difícil momento que a humanidade atravessa. No entanto, o cenário tem se constituído para o capital numa valiosa oportunidade para retirada de direitos sociais confirmando o que Netto e Braz afirmam abaixo:

> Assim, as crises são *funcionais* ao MPC: constituem mecanismos mediante os quais o MPC *restaura,* sempre em níveis mais complexos e instáveis,as condições necessárias a sua continuidade. Por isso mesmo, as crises- por mais brutais que sejam seus efeitos e por mais graves que sejam as suas consequências- não tem o dom de conduzir o MPC ao colapso, ou a faculdade de destruí-lo; deixá-dos à sua lógica, da crise capitalista só resulta o próprio capitalismo ((NETTO; BRAZ, 2012, p. 175)

Nessa direção, se para os trabalhadores as consequências desse momento tem sido condições de vida e trabalho mais difíceis, para o capital, as mazelas que todos enfrentamos têm sido usadas com eficiência para justificar a ampliação de benefícios fiscais aos grandes capitais sob a justificativa de superação da crise.

É preciso atentar para o fato de que o Brasil experimenta os reflexos da crise econômica dos anos 1960/70[4] que tem sido empurrada para frente desde então, atenuando-se após soluções momentâneas. Entretanto, as suas reviravoltas se apresentam cada vez mais otimizadas em sua tendência destrutiva. (GRANEMANN,

[4] Esta crise refere-se ao enfraquecimento dos lucros devido a ampla concorrência em escala internacional gerando, simultaneamente, o aumento da inflação do capitalismo mundial, a elevação da taxa de juros do dólar, levando o Brasil ao aumento de sua dívida externa com o banco mundial. (GRANEMANN, MIRANDA, 2020)

MIRANDA, 2020). Segundo os autores, o presente momento pode ser elucidado da seguinte forma

> A eclosão da crise na saúde mundial pela pandemia da Covid-19, pela ação dos diferentes Estados pelo planeta, conjugou-se à perfeição à crise econômica ao tornar exigência universal – de todas as classes – a realização dos gastos estatais em favor da burguesia, exaustivamente anunciados como esforços para a preservação dos empregos e do combate à pandemia. Recursos públicos, submetidos aos ajustes monetário e fiscal, tornaram-se imediatamente disponíveis aos capitais para que operassem na recuperação econômica (diga-se, dos capitais) e das vidas, com o evidente discernimento e respeito à hierarquia de classe na execução dos ditos objetivos. (GRANEMANN, MIRANDA, 2020, p.28)

Assim, diante das crises, tensionada pelo cenário pandêmico, todo o esforço para promoção do bem comum deve ser empreendido sem que haja qualquer movimento de contestação. Esse tem sido o discurso vigente dos representantes do capital. Para tanto, o Estado é convocado a atuar, promovendo condições ainda mais vantajosas para quem detém o poder econômico, à exemplo do agronegócio.

No Brasil, o agronegócio é um dos setores que mais tem lucrado em meio a pandemia do COVID-19 com PIB do agronegócio de 24,31% em 2020 contra o percentual de 20,5% em 2019 (CEPEA/CNA)[5]. Em contrapartida, os índices de pessoas em situação de pobreza tem intensificado progressivamente, assim como a fome. O percentual de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional se amplificou desde 2017 devido os desmontes das políticas públicas no Brasil, com a pandemia e a intensificação da crise socioeconômica e política, o cenário tornou-se mais crítico, conforme é possível perceber abaixo:

> A pesquisa por opinião realizada no Brasil pelo grupo Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy (2021) demonstrou "que 59% dos domicílios entrevistados estavam em situação de insegurança alimentar durante a pandemia e parte significativa deles diminuiu o consumo de alimentos importantes para a dieta regular da população - 44% reduziram o consumo de carnes e 41% o consumo de frutas.[...] os dados coletados corroboram informações anteriores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio que indicavam o aumento da insegurança alimentar no Brasil nos

[5] A metodologia do Cepea/CNA integra todo o agronegócio, é necessário realizar as leituras adequadas dos dados, tendo em vista que o valor citado acima refere-se ao crescimento apenas do setor, no qual terá sua parcela de impacto na economia brasileira, entretanto, não se considera o PIB do Brasil.

> anos de 2017/2018 em relação aos padrões anteriores."(GALINDO et al, 2021, p.3)

Diante de dados tão preocupantes, o questionamento que se faz é, como o Brasil, país rico e fertil, não consegue alimentar sua população? O que explica o lucro do agronegócio num cenário em que parte da população brasileira está em flagrante insegurança alimentar? Neste sentido, Galeano (2015) faz uma importante reflexão:

> Terras que poderiam abastecer as necessidades essenciais do mercado interno são destinadas a um só produto, a serviço da demanda estrangeira [...] Ocorre um trágico paradoxo: o aumento dos preços dos alimentos, por exemplo, enche os bolsos dos gigantes do comércio agrícola e, ao mesmo tempo, multiplica a fome das multidões que não podem pagar seu encarecido pão de cada dia. (GALEANO, 2015, p.7)

O presente artigo apresenta uma breve discussão acerca da relação de dependência do Estado brasileiro diante dos países de capitalismo avançado, com ênfase no agronegócio como modelo de agricultura capitalista que tem lucrado abundantemente por meio da política imperialista. A partir da pesquisa bibliográfica e da perspectiva metodológica do materialismo histórico dialético, o texto foi dividido em dois tópicos: 2. Elementos sobre a formação agrária brasileira e 3. A relação entre imperialismo, dependência e agronegócio.

2 ELEMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Em seu texto, "Os sentidos da colonização", Prado Jr. (1961) discorre sobre o desenvolvimento da colônia brasileira. Segundo ele, o objetivo da conquista de colônias pela Europa estava ligado diretamente à extração de matéria prima, exploração das terras férteis, recursos naturais e do clima propício para produção de itens não produzidos na Europa. O Brasil colônia, portanto, na visão do autor, se fundamenta como território de exploração, onde ao europeu cabia a posição de grande proprietário rural e aos indígenas e africanos o papel de escravizados. São marcas deste momento a mão de obra da população escravizada e a indústria

precária brasileira que resultava em altas taxas de lucro para a metrópole. (PRADO JR, 1961)

> No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes, e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. (PRADO JR, 1961, p.25)

Assim, a formação agrária do Brasil terá caráter exclusivo de fornecer mercadorias a baixo custo para a Europa. Nesse sentido, a classe dominante que se gesta no Brasil nesse período cumpre o papel de proteger os interesses do capital estrangeiro contribuindo para a manutenção do subdesenvolvimento e subordinação do Brasil, concebendo dessa forma, o caráter oportunista da classe dominante que aqui irá se formar. Como salienta Prado Jr (1961)

> [...] Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes, depois algodão em seguida café para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organiza a sociedade e economias brasileiras (PRADO JR, 1961, p.25-26).

Essa suposta "vocação" do Brasil para atender as necessidades de países colonizadores se constitui como um traço da formação brasileira que se estende também aos demais países do continente latino-americano. No século XIX, já sob a vigência do capitalismo dos monopólios na sua fase financeira, esses territórios continuaram desempenhando o mesmo papel dependente e subordinado tendo novamente a terra como elemento central nesse novo colonialismo.

Para o capitalismo, a terra constitui elemento central de geração de lucros, por isso, o avanço do mesmo ancora-se na conquista de terras pelas grandes potências capitalistas do mundo com o intuito de obter altos níveis de lucros nos países dependentes. Assim, a oligarquia financeira[6] exerce um papel fundamental

[6] "O capital financeiro, concentrado em muito poucas mãos e exercendo um monopólio efetivo, obtém um lucro enorme, que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores,

neste processo de dominação através da criação de filiais dos bancos nas colônias, a concessão de empréstimos aos Estados, investimentos nas terras estrangeiras, sobretudo, nas periferias do mundo[7] fundamentando o processo de controle através do domínio do capital desses países. (LÊNIN, 2011), Para Lênin,

> A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado [...] Para o capital financeiro não são apenas as fontes de matérias-primas já descobertas que têm importância, mas também as possíveis, pois a técnica avança, nos nossos dias, com uma rapidez incrível, e as terras hoje não aproveitáveis podem tomar-se amanhã terras úteis, se forem descobertos novos métodos (para cujo efeito um banco importante pode enviar uma expedição especial de engenheiros, agrônomos, etc.), se forem investidos grandes capitais.(LENIN, 2011, p.209-210)

Cabe reforçar, que a política colonial utilizada nas outras fases do capitalismo possui um caráter diferente da utilizada pelo capital financeiro. Nesse novo estágio do sistema, as antigas colônias serão alvo de investimentos em prol do avanço capitalista embasado na concentração, centralização e monopolização de capitais.

O monopólio se dará via composição de conglomerados internacionais que estarão presentes em várias regiões do globo ao mesmo tempo. No Brasil essa nova fase do sistema encontrou o cenário perfeito, não só pelo grau de dependência do país em relação aos países desenvolvidos, como pela elevada concentração de terras que se perpetuou ao longo dos anos.

Estes traços estão refletidos na atual política agrícola que o Brasil vem adotando, especialmente a partir da segunda metade da década de 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Durante esse período uma série de medidas foram adotadas para dar impulso ao agronegócio entendido por (Xavier p.153) como: “empresa capitalista voltada para a produção agrícola, pecuária e

---

empréstimos do Estado, etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas. “(LENIN, 2011, p. 169)

[7] O termo é designado para apresentar as desigualdades originadas pelo sistema capitalista, logo, os países de capitalismo avançado são considerados países independentes e os países subdesenvolvidos como periféricos.

mineral de elevada monta e que possui conexão com capital industrial, financeiro e bancário."(XAVIER, p.153).

O incentivo ao setor pelo Estado brasileiro ultrapassou as fronteiras nacionais conforme afirma Fernandes (2017)

> Por isso, em plena sintonia com as necessidades do sistema, a partir da década de 1990, sob a égide neoliberal, a agricultura brasileira vai se voltando gradativamente para a produção de *commodities* e o mercado agrícola vai perdendo aos poucos seu vínculo nacional para se tornar um grande complexo industrial sem pátria. Dessa maneira, empresas brasileiras unem-se às gigantes do setor fundindo-se em grandes conglomerados que reforçam a incorporação subalterna do Brasil ao sistema do capital. (FERNANDES, 2017, p.102)

A partir dos componentes apresentados, é possível observar a condição de submissão que acompanha o Brasil pela função que a economia desse país representa, juntamente com os demais países de economia dependente, para o processo de acumulação do sistema do capital. No próximo tópico, traremos importantes elementos relativos aos efeitos do imperialismo, na forma do agronegócio, e o fortalecimento do caráter de dependência dos países subdesenvolvidos.

3 A RELAÇÃO ENTRE IMPERIALISMO, DEPENDÊNCIA E AGRONEGÓCIO

O setor do agronegócio é um dos que mais crescem no Brasil, responsável por atuação de 26,6%[8] no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (CEPEA, 2020), desde o seu surgimento[9] o setor obteve vários incentivos do Estado. De acordo com Xavier (2016) há uma série de investimentos dos países de capitalismo avançado "em setores estratégicos nas economias periféricas (América-Latina e Ásia,

[8] Disponível em:<https://www.cnabrasil.org.br/boletins/pib-do-agronegocio-alcanca-participacao-de-26-6-no-pib-brasileiro-em-2020> Acesso em: 03 de fevereiro de 2021.

[9] Segundo Delgado (2012) a inserção do agronegócio no Brasil se dá no período de modernização conservadora do regime militar, a partir de 1965 com a modernização das bases técnicas da agricultura associadas às indústrias e a aliança com o setor externo.(p. 87)

sobretudo)"(p.152). Estes investimentos concebem um processo de industrialização com alta dependência tecnológica arraigado no aprofundamento do caráter primário das indústrias nas periferias. O Estados Unidos como pólo hegemônico, constrói um império sob às economias dependentes, [...]" é nesse período que as economias dependentes, especialmente a brasileira, a argentina e a mexicana promovem suas industrializações e aprofundam, via substituição de importações e associação ao capital estrangeiro, a consolidação de suas bases industriais."(p.152). Dessa forma, a relação do capital internacional com os estados periféricos apoia-se exclusivamente no desenvolvimento desigual e combinado[10]. Segundo Lênin (2011)

> Este gênero de relação entre grandes e pequenos estados sempre existiu, mas na época do imperialismo capitalista tornam-se sistema geral, entram, como um elemento entre tantos outros, na formação do conjunto de relações que regem a "partilha do mundo", passam a ser elos da cadeia de operações do capital financeiro mundial. (LENIN, 2011, p.213)

Nos países da América Latina a produção primária (que requer pouca base técnica) é a responsável pelas exportações e pela maior parte do PIB, entretanto, os principais produtos importados pela economia brasileira são produtos que apresentam uma considerável base técnica. Ou seja, sucede-se a extração da matéria prima nos países periféricos, baseado na superexploração da força de trabalho e recursos naturais, onde posteriormente, esses produtos serão importados após a inserção tecnológica avançada dos países centrais, com preços exorbitantes, gerando também a extração da mais-valia. (XAVIER, 2016)

> Enquanto exportamos soja e minério de ferro para a China, desse país importamos plataformas de perfuração ou de exploração, partes e acessórios de máquinas, aparelhos de toda sorte, circuitos integrados e componentes eletrônicos. Aos Estados Unidos vendemos óleos brutos de petróleo, celulose e café, deles adquirimos partes de motores e turbinas para aviação, medicamentos, instrumentos e aparelhos os mais diversos, adubos e fertilizantes. Há que se considerar, que a dinâmica econômica inerente ao agronegócio impôs, aos países com alta participação de produtos primários

[10] Intitulado por Trotsky, a Lei de desenvolvimento desigual e combinado corresponde a apresentação do imperialismo nas periferias do globo onde esta relação desigual é fundamental para ampliação do capitalismo, "a função historicamente desempenhada por essas nações foi a de ser um 'braço auxiliar' no desenvolvimento do imperialismo mundial fornecendo matérias-primas a preços convidativos e mão-de-obra barata e extremamente disponível" (FERNANDES, 2017, p.53)

> em suas pautas de exportações, uma integração de mercados que reproduz e aprofunda a dependência econômica. Exemplifica a afirmação, o intercâmbio entre bens agrícolas produzidos a partir do agronegócio nos países latinoamericanos e a aquisição, por parte desses países, de insumos, como fertilizantes e adubos, vendidos por países de capitalismo avançado. (XAVIER, 2016, p.154)

Outro ponto a destacar, é a financeirização da agricultura que legitima o predomínio do setor financeiro sobre os monopólios agrícolas, ou seja, o capital financeiro irá permear as decisões visando exclusivamente a rentabilidade. Fernandes (2017) exemplifica como os investimentos no setor agropecuário do Brasil tem crescido progressivamente desde a sua chegada afirmando que "a fusão de grupos nacionais com empresas estrangeiras têm contado com o apoio irrestrito do Estado via BNDES, o que tem sido altamente lucrativo para o capital transnacional que opera com ampla liberdade no país"(p.88)

Estes fatores irão impactar a sociedade brasileira de diferentes formas, através da especulação de terras, degradação do meio ambiente, expropriação dos povos originários, exploração dos trabalhadores, intensificação da concentração e centralização de terras e renda. Lênin em seus estudos sobre o imperialismo expõe os processos de dominação dos países de capitalismo avançado, primeiramente, há uma partilha do mercado interno entre as empresas e posteriormente, há uma expansão do controle destas empresas internacionalmente a partir da exportação de capital, originando uma fase de concentração e monopolização em escala mundial. Para o autor,

> O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa[...]compreende-se, a subordinação mais lucrativa e "cômoda" para o capital financeiro é uma subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos. Os países semicoloniais são típicos, neste sentido, como "caso intermédio". Compreende-se, pois, que a luta por esses países semi-dependentes se tenha forçosamente exacerbado, principalmente na época do capital financeiro, quando o resto do mundo se encontrava já repartido. (LENIN, 2011, p.208)

O capitalismo reúne diferentes estratégias de dominação, seja através da exportação de capital, dos investimentos nas terras estrangeiras, da especulação de terras, seja pela ideologia política de expansão e dominação imperialista, fundamentada na geração de lucros, abre portas para uma série de exploração dos recursos naturais, físicos e humanos, contudo, para realização deste feito é necessário também estabelecer o controle sobre a burguesia agrária e o Estado nacional. Como vimos no primeiro tópico, estes setores da sociedade brasileira vão se desenvolver de maneira oportunista, voltado para os seus próprios anseios que não contempla a classe trabalhadora, isto é, apresenta uma burguesia débil e um Estado nacional competente para fazer valer os interesses estrangeiros sobre nossas terras e riquezas. Diante disso, é importante enfatizar

> Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias primas baratas." (LENIN, 2011, p.181)

A partir da introdução do capital estrangeiro nestes países, no qual se inclui o Brasil, temos o fortalecimento do caráter subordinado da burguesia agrária e a associação do Estado com as empresas transnacionais, nas palavras de Lenin acerca do processo de dominação das colônias e semi colônias (2011), "na época do capital financeiro, os monopólios de Estado e os privados se entrelaçam, formando um todo"(p.195), grosso modo, a expansão imperialista no Brasil se concretiza e opera, sobretudo, pela busca por matérias primas e recursos naturais, abundantes no país. No atual momento do mundo, é possível identificar os efeitos do imperialismo nas economias periféricas, a relação entre dependência e exploração estabelece ao Estado brasileiro o papel de executor das predileções do capital estrangeiro.

Para Xavier (2016) o agronegócio opera políticas de origem imperialista sob a ordem do capital financeiro, sua expansão mundial nos países de capitalismo

dependente, reforça o caráter de dependência econômica e subalternização desses Estados. No Brasil, os atributos predatórios do setor gera uma nova lógica de dependência, havendo uma recuperação da condição brasileira de exportadora de matérias-primas, como também a "superexploração da força de trabalho, resultando até mesmo no recrudescimento do trabalho análogo à escravidão, sobremodo em regiões de expansão de monoculturas, bem como as próprias dinâmicas territoriais subjacentes ao processo de ocupação de novas porções do território nacional. "(p.9). Conforme Fernandes (2017)

> As mudanças orquestradas pelo capital para o enfrentamento da crise estrutural impuseram ao continente um padrão de especialização exportador que fez com que a região recuperasse o papel historicamente atribuído de provedora de matérias-primas, especialmente *commodites*, para os grandes centros industriais[11]Essa reprimarização do continente tem impactos significativos nas economias da região, sobretudo pelo crescimento do agronegócio em paralelo ao processo de desindustrialização. Situação fortemente verificada no Brasil. É como se o continente estivesse dando passos em direção ao passado e retrocedendo na sua busca pela autonomia em relação aos países imperialistas, uma vez que, ao direcionar a economia para produção de *commodites* e insumos industriais a região interrompe o processo de diversificação da economia e passa a produzir e importar apenas produtos e mercadorias que necessitem de baixo investimento tecnológico[1]. (FERNANDES,2017, p. 81-82)

A situação atual pela qual passa os países latino americanos à exemplo do Brasil foi denominada por Sampaio Jr. de "reversão neocolonial", ou seja, o retorno da economia dos países latinos americanos para o padrão primário agro-exportador, aprofundando ainda mais o grau de dependência que os marcou historicamente. São traços dessa dependência a combinação entre o arcaico e o moderno, a complacência e convivência dos estados nacionais e atuação de uma burguesia agrária que age diuturnamente para manutenção da propriedade da terra, principal base de sustentação do agronegócio brasileiro.

---

[11] [1] Concordamos com a observação de Mâncio e Moreira ([s.d.], p. 11) "Não tem como negar a importância deste continente na geopolítica mundial, como maiores detentores de recursos naturais [...] Essa posição estratégica faz com que os olhares do mundo recaiam sobre a América Latina como grande potencial para exploração destes recursos, aliados a farta mão de obra barata, que dá ao capital, fôlego para novos ciclos de acumulação. (s/d.p.11).

4 CONCLUSÃO

A partir dos elementos expostos acima, é possível identificar como a trajetória de dependência brasileira é reconfigurada após o período colonial, primeiro, através da abertura econômica ao capital externo e seus investimentos no aprofundamento da base industrial brasileira de natureza primária. Estas indústrias dependem da tecnologia fabricada nos países de capitalismo avançado, do favorecimento do Estado e do capital financeiro. Segundo, o amplo território brasileiro com vastos recursos naturais e humanos concebem a perfeição aos países de capitalismo avançado, como enfatiza Fernandes (2017), torna-se o "braço auxiliar", aquele que possui territórios disponíveis, a mão de obra pauperizada e um Estado submisso que contribui para o fortalecimento das grandes potências mundiais em detrimento do Estado brasileiro. Estes fatores marcam a formação brasileira, onde a burguesia agrária se coloca continuamente à disposição dos interesses estrangeiros, garantindo incentivos fiscais para sua permanência no território, potencializando dessa forma, o seu subdesenvolvido e a destruição de seus recursos em prol do lucro cada vez mais ampliado do agronegócio.

Terceiro, identifica-se o crescimento acentuado do setor, sobretudo neste período de crise pandêmica. Assim, o capitalismo agrário beneficia-se do momento para lucrar cada vez mais com a conveniência do Estado, enquanto a insegurança alimentar e nutricional cresce paulatinamente dentro do país, fazendo com o que o Brasil alcance números assustadores.

Conforme buscamos expor neste breve texto, essa contradição que constitui a essência do sistema se acentuou no período pandêmico evidenciando quão grave é o momento pelo qual passa a humanidade. A constatação dessa difícil realidade não deixa alternativas a não ser lutar cotidianamente pelo fim desse sistema e a construção de uma sociedade onde a alimentação de todos seja o principal objetivo da agricultura.

REFERÊNCIAS

DELGADO, Guilherme. **A questão agrária e o agronegócio no Brasil**. In: Miguel Carter (org.) Combatendo a desigualdade social, o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FERNANDES, E. N. S. **Crise do capital, reversão neocolonial e os impactos sobre a Questão Agrária brasileira**. 2017. 162 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

GALINDO, Eryka et al.**Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil**. Food for Justice Working Paper Series, no. 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy, 2021.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução: Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2015.

GRANEMANN, Sara. MIRANDA, Flavio. Crise econômica, crise sanitária: a Covid-19 como instrumento da acumulação?. in: SILVA, Letícia. DANTAS, André (org). **Crise e pandemia: quando a exceção é regra geral**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2020, p. 19-34.

LENIN, Vladimir Ilyich. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**; apresentação: Plínio de Arruda Sampaio Junior. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

NETTO, José Paulo, BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. José Paulo Netto e Marcelo Braz. – 8. ed.- São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)**. 6 ed. Brasil: editora Brasiliense, 1961, p.04-26.

PIB DO AGRONEGÓCIO. CNA, 2020. Disponível em:https://www.cnabrasil.org.br/boletins/pib-do-agronegocio-alcanca-participacao-de-26-6-no-pib-brasileiro-em-2020> acesso em: 03 de fevereiro de 2021.

XAVIER, Glauber. **Agronegócio e capitalismo dependente na América Latina: o caso brasileiro**. Argumentum, Vitória, maio/ago, 2017. v. 9, n. 2, p. 147-160.